

O Informe nº 2 do Observatório de Política Fiscal é resultado da 2ª reunião, realizada na ESAF, no dia 09 de maio de 2008, na qual foram discutidos os seguintes tópicos sobre a Política Fiscal Brasileira.

Agenda Legislativa em Matéria Tributária

I. Lei ?

Promulgada a nova lei que tem a potencialidade de alterar a tributação e afetar o cidadão, com alterações na CSLL dos bancos, tributação sobre o álcool e bebidas frias. Foi editada medida provisória que altera o preço de pães e massas (farinha).

II. Reforma Tributária

Matéria conflituosa como a alteração substancial na lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976) para padrões internacionais de contabilidade (USA GAP - IASB), com reflexos tributários – não se sabe o impacto na média. Em 2008 será deixado opcional aos contribuintes. Há expectativa de que haja uma redução na arrecadação, pois quem for beneficiado vai utilizar e quem for prejudicado, não escolherá mudar. Em estudo na RFB

III. Benefícios sobre tributação

O Governo Federal concede benefícios sobre tributação por meio de MP, que devem ser extintos com a Reforma Tributária. Isso cria uma pressão para que o próximo tributo já venha desonerado. Há uma polêmica sobre Art. 14 da LRF. Governo está editando MP criando contribuições baseadas em tributos que estão na proposta de extinção. Problemas:

IV. Arrecadação efetiva

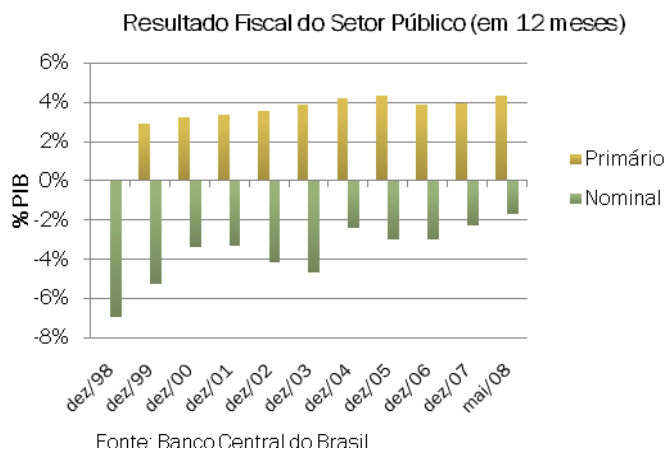
Dilema de aumento da arrecadação direta. Como fazer uma estrutura de renda. Se as pessoas calculam a própria renda, a tendência é reduzir a arrecadação. O Estado deveria ter um maior poder de pressão (opinião da reunião CIAT). Problema com a declaração do IPTU – declaração sem valor – único que cai nominalmente. O problema fiscal é um problema de cultura e não apenas de legislação – a classe média restrita e de baixos salários não deve ser “protegida”.

Resultado Fiscal do Setor Público

A atual Política Fiscal tem o objetivo reduzir a relação Dívida Pública/PIB para aumentar a estabilidade macroeconômica brasileira. Para isso, esta política tem sido conduzida em termos do resultado fiscal do setor público, no qual o Governo Central e Governos Regionais têm realizado um maior esforço fiscal para manter um superávit primário acima da meta definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Quanto ao Resultado Primário¹, observa-se que desde 1999, o Setor Público Consolidado apresenta contínuos resultados positivos. Em maio de 2008, o superávit do Governo Central foi de R\$ 53,6 bi, ou seja, 43,3% superior ao mesmo período de 2007, em termos nominais, o que equivale a 1,01% do PIB.

Em relação ao Resultado Nominal², o indicador apresenta uma tendência de redução do déficit, atingindo um superávit de 0,34% do PIB entre janeiro e maio de 2008, sendo a primeira vez que o Brasil apresentou superávit nominal nos primeiros cinco meses do ano.



Os atuais resultados fiscais ocorreram preservando-se os gastos com investimento, com crescimento de 24% nos valores pagos do Investimento Total, em termos nominais, de R\$ 6 mi em 2007 para R\$ 7,4 mi em 2008; e com aumento de 128% nos valores pagos no Projeto Piloto de

¹ Resultado da arrecadação de tributos menos as despesas do governo, com exceção dos juros da dívida pública.

² Resultado Primário somado aos gastos com os juros da dívida pública.

Investimento (PPI), de R\$ 1 mi para R\$ 2,3 mi no mesmo período, de acordo com dados do SIAFI³

Ao projetar os resultados fiscais para 2011, estima-se uma redução gradual dos resultados nominais para -0,3% do PIB e a manutenção de resultados primários no valor de 3,8% do PIB⁴. O cenário institucional com os Estados fortalece um direcionamento para resultados positivos dos resultados nominais. No entanto, esta trajetória pode ser fortemente afetada por despesas do 2º semestre de 2008.

A analisar a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), atualmente em 40,8% do PIB, observa-se uma tendência de queda desde 2003, com redução de 11,6 pontos percentuais. Essa redução se deu principalmente em função da redução da dívida externa líquida, na qual o Brasil, a partir de 2006, passou de uma posição de devedor líquido externo para credor líquido externo em relação à dívida.

Em relação à Dívida Pública Mobiliária Federal (DPMF), o alongamento do prazo médio e a queda no custo médio da DPMF interna seguem solidariamente as diretrizes que norteiam a gestão da Dívida Pública Federal, divulgadas anualmente no Plano Anual de Financiamento (PAF).

Como trajetórias que facilitem o manejo da DPMF e adequados ao objetivo da dívida, nos últimos anos percebe-se a consolidação da participação maior que 60% dos títulos prefixados e atrelados a índice de preços, além da redução de títulos indexados ao câmbio.

Quanto às Necessidades de Financiamento do Governo Central, de 2000 a 2007, a Despesa Total cresceu 3,11 p.p. do PIB. As Despesas de Pessoal mantiveram-se constantes ao longo do período. Os gastos com Programas Sociais e Investimento cresceram mais que os de manutenção da máquina pública. Os gastos com Benefícios Previdenciários elevaram-se em 1,6% de aumento de 3% da despesa da União: 1,6% nos benefícios previdenciários e 1,3% LOAS.

Aumento de 1,55 % de 2003 a 2007 dos programas sociais.

Manutenção da máquina: 1,28 – 1,36% do PIB

³ Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

⁴ O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2009 estabelece Resultado Primário de 3,8% do PIB e 0,5% do PIB relativos ao PPI para 2008, 2009, 2010 e 2011.

Investimentos: 1,37 – 1,87% PIB – proporcionalmente pequenos

Os gastos públicos têm aumentado: vinculações, recomposição do SM com ganhos reais, aumento dos benefícios (LOAS, ...)

Investimento: gasto de máquina estável.

Destaque: questão previdenciária no médio prazo: tendência de queda da contribuição previdenciária.

Impulso fiscal

Efeito anticíclico

Mussi: boa arte da contração vem da parte da receita. Política fiscal anticíclica – dificuldade para identificar os ciclos. PIB como denominador não é adequado. Impacto da previdência – lado do gasto.

Hoje: consolidação de conceitos macro que gera aos cidadãos condições mais favoráveis.

Crescimento sustentável.

A sociedade está mais aberta para analisar a composição do gasto (qualidade).

Melhor seleção dos projetos e acompanhamento.

Qual o nível ótimo de gastos que não impacte sobre o crescimento econômico, etc?

Investimento e as repercussões da crise no mercado imobiliário dos Estados Unidos.

Os resultados do esforço fiscal do setor público em manter em termos de resultado fiscal do setor público,

devido a uma devido aos efeitos positivos sobre a economia e a possibilidade de ter grau de investimento de 4 das 8 agências.

O efeito da tributação sobre a renda das pessoas

Impactos distributivos da tributação

Impactos distributivos do gasto.

Base de dados: POF: declaração do consumo é maior que a declaração da renda.

Preocupação com o custo fiscal dos tributos.

Elisão fiscal: ganho de competitividade permitindo permanecer no mercado.

Examina 56% da carga tributária.

Tributação sobre o consumo nas faixas com maior déficit no consumo e sobre a renda nas demais faixas.

Existe problema quando se discute regressividade dependendo da base de dados.

A previdência não consegue ser mais distributiva: pouca progressividade das contribuições, insegurança (?)

Tributos: IR sobre os mais ricos e IPTU e outros sobre os mais pobres.

IR: problema de não atingir as rendas não originárias do trabalho, mas tem boa regressividade.

O impacto distributivo foi no gasto.

Carga tributária sobre a renda total.

Reflexo no mercado de trabalho: ganho, melhoria.

O Glni não muda com a ação do Estado.

IPTU é regressivo; IPVA...; IR: melhor coeficiente de concentração.

Medidas: desonerar a cesta básica e a contribuição patronal; migrar da tributação indireta para a direta.; melhorar a contribuição dos benefícios federais.

Conclusão: classe média restrita.

Outras questões

O PIB não é uma informação confiável, não sendo adequado utilizá-lo como denominador...

Melhorar as pesquisas domiciliares para melhorar a receita.

Tributação sobre grandes fortunas tem uma administração muito complexa.